

**PRIMEIRA PARTE**  
**O AGRIDOCE TOQUE DA CIÊNCIA**

*Sabe, no fundo eu sou um sentimental  
Todos nós herdamos no sangue lusitano  
uma boa dosagem de lirismo (além da  
sífilis, é claro)  
Mesmo quando as minhas mãos estão  
ocupadas em, torturar, esganar, trucidar.  
Meu coração fecha os olhos e sinceramente  
chora...*

*(Fado Tropical – Chico Buarque e Ruy  
Guerra – Calabar - O elogio à traição)*

*Caríssima Regina,*

*Depois das nossas conversas e ter conhecido seu acervo de fotos sobre a Cidade do Rio de Janeiro, passei a perceber detalhes que não via. Devo a você está parte da minha viagem. Aprendi a olhar os símbolos que, ainda, por ela se espalham, com mais cuidado e curiosidade. Percebi como a imagem de Hermes faz parte da paisagem da cidade.*

*Ao passar pela Avenida Rio Branco, na frente da Associação de Comércio do Rio de Janeiro, olho a face do deus, e sinto que nenhuma forma arquitetônica está no espaço urbano de maneira neutra. As formas produzem efeitos, subjetividades, representam a cidade e os poderes que nela circulam. E Hermes, talvez, mais do que qualquer outro traga em si aspectos da representação da cidade e de seus habitantes: lugar de economia comercial, lugar da ordem e também da desordem, do trabalho e da malandragem. O “jeito” malandro carioca de ser, protegido pelo deus embusteiro e malandro, protetor do comércio e dos comerciantes.*



Arquivo particular da Historiadora Regina Castelo Branco - Prédio da Associação dos Empregados do Comércio do Rio de Janeiro - Av. Rio Branco esquina com a Sete de Setembro.

*Ei-lo. Paira sobre corpos apressados circulando no Centro da Cidade do Rio de Janeiro, em busca do trabalho ou prazer.*  
*Adir*

## **CAPÍTULO I - A CRENÇA DE PRODUZIR A CIDADE MODERNA ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO**

*“Eu amo a rua. Esse sentimento de natureza toda íntima não vós seria revelado por mim se julgasse, e razões não tive para julgar, que este amor assim absoluto e assim exagerado é partilhado por todos vós. Nós somos irmãos, nós nos sentimos parecidos e iguais; nas cidades, nas aldeias, nos povoados, não porque soframos, com a dor e os desprazeres, a lei e a polícia, mas porque nos une, nivela e agremia o amor da rua. É este mesmo sentimento imperturbável e indissolúvel, o único que, como a própria vida, resiste às idades e às épocas. Tudo se transforma, tudo varia – o amor, o ódio, o egoísmo. Hoje é mais amargo o riso, mais dolorosa a ironia. Os séculos passam, deslizam, levando as coisas fúteis e os acontecimentos notáveis. Só persiste e fica, legado das gerações cada vez maior, o amor da rua” (João do Rio – A Rua – A alma Encantadora das Ruas).*

### **1.1 - Rio de Janeiro: tatuando em nossas retinas fatigadas esse caleidoscópio frenético da Cidade Maravilhosa que nem sempre tem encantos mil<sup>1</sup>**

Ah! A Cidade do Rio de Janeiro. Como não se maravilhar com uma “visão de paraíso”; que Sergio Buarque de Hollanda no livro “Visões do Paraíso” trabalhou tão bem, discutindo a produção imaginária do encontro, para os primeiros “conquistadores”, do “paraíso terreal” nas terras encontradas do além-mar. Este livro é considerado por intelectuais como o precursor no Brasil de uma história das mentalidades e da formação de idéias.

Mas... a cidade situada entre a montanha e o mar constitui-se, até os nossos dias, em mistério e desafio. A ela coube abrigar a Família Real, quando aqui chegaram fugindo das guerras européias, a ela coube ser capital do Império e a ela coube ser capital da República. Cidade de “encantos mil”, “coração do Brasil” diz a modinha popular.

Antes de João do Rio, amante da Cidade do Rio de Janeiro, outro brasileiro buscou apreender sua atmosfera, suas pulsões, seus desejos e a descreveu, através de “suas gentes” como o espaço da ordem e da desordem, em permanente “mistura”.

Com um único romance escrito aos 21 anos, Manoel Antônio de Almeida conquistou na literatura brasileira uma posição única fixando a tradição do romance urbano e pressagiando Machado de Assis. *Memórias de um Sargento de Milícias* foi publicado no suplemento “A Pacotilha” do *Jornal do Comércio Mercantil*, entre junho de 1852 e junho de 1853, assinado por “um brasileiro”, com a pretensão de narrar a atribulada vida de uma criança nascida no começo do século XIX, no tempo do Rei D. João VI. A obra tornou-se uma das principais produções do Brasil do Século XIX.

Todo o romance se passa no mundo da chamada “baixa classe média” carioca e nos traz seu modo de viver, suas maneiras de sentir e agir. Dois personagens centrais: Leonardo pai e Leonardo Filho. Os inúmeros personagens que circulam no espaço da Cidade próximo ao Paço Imperial (lugar de poder, comércio, barganha, vadiagem, esperteza) aparecem apenas identificados por profissões ou possíveis laços de parentesco: o barbeiro, a comadre, a cigana, o policial, o mestre-escola.

No livro, dividido em duas partes, a trama articula-se e vai descortinando um cenário típico de uma época, com relações de amizades e inimizades, trapaças, amores e desamores, encontros e desencontros, astúcias e festas.

Leonardo Filho é de origem humilde e irregular, sendo apresentado como “filho de uma pisadela e de um beliscão”. É largado no mundo, mas não abandonado, pois o “destino” lhe dá um pai melhor: o bom barbeiro que o acolhe e protege. Nos romances picarescos, os pícaros dos romances espanhóis<sup>2</sup> são de origem humilde e o desamparo da sorte os leva à condição servil.

Leonardo Filho fica longe da condição servil, o padrinho o quer padre ou formado em direito. Ainda que sem paixão, tem sentimentos sinceros a até certa lealdade. Não é um pícaro seguindo a tradição espanhola, mas o primeiro grande malandro que entra na novelística brasileira.

Malandro que seria levado à categoria de símbolo por Mário de Andrade (Macunaíma), aparecendo na poesia lírica e crítica de Chico Buarque e Ruy Guerra, entre outros. O malandro, como o pícaro, é espécie de gênero comum a todos os folclores.

Socialmente a ação narrada em “*Memórias de Um Sargento de Milícias*” é circunscrita a um tipo de gente livre, modesta, que hoje chamaríamos “pequena burguesia”. A obra com características populares ganha eficácia e durabilidade junto à imaginação do leitor ao trabalhar com situações e personagens de cunho arquetipo,

ganhando um estrato universalizador quando o leitor encontra representações da vida capazes de estimular um universo dentro do ciclo: o brasileiro.

A dialética da ordem e da desordem manifesta nas relações humanas no livro forma um sistema de referência. No romance só há uma força reguladora do mundo – o policial Vidigal – mas até este em determinado momento representa a dialética da ordem e desordem, ao ser pego em casa de robe e tamancos e, correndo para vestir-se com as roupas oficiais não encontra tempo, acabando vestido da cintura para cima com a ordem do oficial e da cintura para baixo com a desordem das roupas domésticas.

Poderia trazer outras passagens. Opto pela passagem utilizada por Heloísa Villela (2000) em seu texto “Do Mestre-Escola à Professora”, no livro 500 anos de Educação no Brasil: a entrada de Leonardo Filho na escola, levado pela mão do barbeiro que dele cuidava, após ter sido expulso por Leonardo Pai.

Com efeito, foi cuidar nisso e falar ao mestre para receber o pequeno. Morava em uma casa da Rua da Vala, pequena e escura. Foi o barbeiro recebido na sala, que era mobiliada por quatro ou cinco longos bancos de pinho, sujos já pelo uso, uma mesa pequena que pertencia ao Mestre, e outra maior onde escreviam os discípulos, toda cheia de pequenos buracos para os tinteiros; nas paredes e no teto havia penduradas uma porção enorme de gaiolas e todos os tamanhos e feitios, dentro das quais pulavam e cantavam passarinhos de diversas qualidades: era a paixão predileta do pedagogo.

Era este um homem todo em proporções infinitesimais, baixinho, magrinho, de carinha estreita e chupada, excessivamente calvo; usava óculos, tinha pretensões de latinista, e dava bolos nos discípulos por dá cá aquela palha<sup>3</sup>.

Manoel Antônio de Almeida constrói sua escrita com base na crítica irreverente, mordaz, de certa maneira amorosa, à vida social na cidade. Segundo o Professor Antônio Cândido (1970) “*seus personagens são mais sociais do que psicológicos, definidos antes por um modo de existir e ser*” (p.76).

O romance foi analisado em 1941 por Mário de Andrade, em 1956 por Darcy Damasceno, em 1984 por José Veríssimo; porém buscamos Antônio Cândido no texto Dialética da Malandragem que nos auxilia a perceber a representação produzida e que atravessa, até nos dias atuais, a Cidade situada entre a montanha e o mar e as “gentes” que nela habita. Na análise de do Professor Antônio Cândido (1970).

O Livro de um lado o cunho popular introduz elementos arquetípos, que trazem a presença do que há de mais universal nas culturas, puxando a lenda e o irreal, sem discernimento da situação histórica particular. De outro lado, a percepção do ritmo social puxa a representação de uma sociedade concreta, historicamente determinada, que ancora o livro e intensifica o seu realismo difuso. (p.12)

Ainda, segundo o Professor Antonio Cândido.

Um dos maiores esforços das sociedades, através da sua organização e das ideologias que a justificam, é estabelecer a existência objetiva e o valor real de pares antitéticos, entre os quais é preciso escolher, o que significa lícito ou ilícito, verdadeiro e falso, moral e imoral, justo e injusto, esquerda ou direita política e assim por diante. Quanto mais rígida a sociedade, mais definido cada termo e mais apertada a opção. Por isso mesmo desenvolvem-se paralelamente as acomodações do tipo casuístico que fazem da hipocrisia um pilar da civilização. E das grandes funções da literatura satírica, do realismo desmistificador e da análise psicológica é o fato de mostrarem, cada um a seu modo, que os referidos pares são reversíveis, não estanques e que fora da racionalização ideológica as antinomias convivem num curioso lusco-fusco (p. 22)

A cidade, espaço de circulação de pessoas, produz subjetividades, cria muros “invisíveis”, aproxima efasta pessoas e produz modos de pensar o outro e os espaços dos diversos “bairros” que por ela se espraiam. Fundo necessário, na nossa concepção, para em movimentos aproximativos percebermos a ação política-educacional levada pelo Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental e seus efeitos junto às crianças, suas famílias e a “comunidade” de maneira mais ampla.

O Rio de Janeiro de 1930 estava mergulhado na atmosfera de euforia conferindo à cidade um poder simbólico como espaço de construção da “nação moderna” com a pretensão de ser “modelo” para todo o país, já que era capital do mesmo.

## **1.2- O Olhar de Hermes sobre a Cidade**

Hermes lança seu olhar sobre a Cidade do Rio de Janeiro. Na mitologia grega é um dos deuses olímpicos, possuidor de vários atributos. Divindade muito antiga, já era cultuado na pré-história grega como um deus da fertilidade, dos rebanhos, da magia, da divinação, das estradas e viagens, entre outros atributos. Ao longo dos séculos seu mito foi extensamente ampliado, tornando-se o mensageiro dos deuses e patrono da ginástica,

dos ladrões, dos diplomatas, dos comerciantes, da astronomia, da eloquência e de algumas formas de iniciação, além de ser o guia das almas dos mortos para o reino de Hades. Sobre ele é produzida uma rica tradição, sendo sua imagem perpetuada através dos séculos até a contemporaneidade. As figuras de Hermes e de seu principal distintivo, o caduceu<sup>4</sup>, ainda hoje são conhecidas e usadas por seu valor simbólico, e vários autores o consideram a imagem tutelar da cultura ocidental contemporânea.

A historiadora Regina Castelo Branco, pesquisadora da Cidade do Rio de Janeiro e suas representações simbólicas, em entrevista faz uma instigação: que imagem mítica representaria melhor a “atmosfera” do Rio que não Hermes? Apreendemos a palavra “atmosfera” e articulamos com a afirmação de Clarice Nunes: “a escola é uma atmosfera”. Um emanar de intenções, desejos, representações.

A Cidade do Rio de Janeiro e sua população são representadas, até os nossos dias, como o lugar das belezas naturais intensas e de uma população “alegre” e “malandra”. Um dos paulistas (por criação) mais cariocas (por nascimento e habitat escolhido) da música brasileira não deixa de assim representá-la em uma de suas composições mais famosas.

Eis

O malandro na praça outra vez  
 Caminhando na ponta dos pés  
 Como quem pisa nos corações  
 Que rolam dos cabarés  
 Entre deuses e bofetões  
 Entre dados e coronéis  
 Entre parangolés e patrões  
 O malandro anda assim de viés  
 Deixa balançar a maré  
 E a poeira assentar no chão  
 Deixa a praça virar um salão  
 Que o malandro é o barão da ralé  
 (A Volta do Malandro-Chico Buarque de Holanda)

Em mais um “olhar sobre a malandragem”, a canção faz parte de uma peça teatral, várias vezes montada, ambientada em um bordel, contando a história de um malandro carioca, tentando sobreviver nos anos de 1940 – ditadura Vargas. A temática retrata a malandragem brasileira no submundo da Cidade do Rio de Janeiro, com todos os aspectos capazes de nos fazer voltar àquela época.

O cenário é a famosa Lapa. Mas a Lapa das prostitutas e da pancadaria; com a Segunda Guerra Mundial assolando o mundo e mandando seus ecos para o Brasil. Nas cidades se vê, de fato, uma contradição contínua entre “*o modo coletivo da gestão e o modo individual de uma reapropriação*”. *A análise de Foucault aparece aqui retomada e espelhada através de uma reciprocidade*” (Certeau, 1980:178 In Santos, 1988, p. 28).

Hermes, símbolo mítico do comércio – atividade econômica marcante na Cidade desde os tempos da Colônia -; do poder em suas diversas manifestações; dos viajantes; dos malandros continua lançando seu olhar sobre a cidade. Nenhuma das reformas urbanas o “apagou” do espaço urbano.



Figura 3 – Acervo particular da historiadora Regina Castelo Branco  
Monumento à abertura dos portos às nações amigas - Rua do Russel, em frente ao Hotel Glória. O monumento foi projetado pelo escultor Eugene Bennet. A inauguração foi em 1908 e o conjunto tem duas estátuas de bronze, representando o comércio e a navegação, e 24 luminárias de ferro fundido. A foto representa uma das estátuas, ou seja, a do comércio que porta um caduceu. (Texto da pesquisadora)

A mais famosa intervenção urbana na Cidade do Rio de Janeiro tem a chancela de um homem que não foi esquecido pela história: Francisco Pereira Passos<sup>5</sup>, Prefeito do Distrito Federal, amado ou odiado, alcunhado como o “Prefeito Bota Abaixo”, ou mencionado, nos dias presentes, com observações do tipo: o Rio de Janeiro não seria a capital cultural do país sem Pereira Passos. Durante sua gestão o centro “velho” da Cidade sofreu profundas intervenções: abriu largas avenidas, construiu praças e



boulevard, jardins. Não era somente uma ação pública embelezadora, seguindo padrões europeus parisienses.

Ampliou o porto, executando políticas públicas de higienização e saneamento<sup>6</sup>. Jacques Le Goff (1998) no livro “Por Amor As Cidades”, cita: “*os regulamentos de higiene e urbanismo multiplicam-se nas cidades, a partir do século XII*” (p.113), nos obrigando a não tratar as ações de higienização e saneamento dos centros urbanos como algo recente. Jaime Larry Belchimol apresenta um trabalho minucioso sobre as intervenções de Pereira Passos no livro “Pereira Passos: um Haussmann Tropical” (1992).

Os tais “melhoramentos” pretendiam extirpar aqueles traços que destoavam do projeto de transformar a capital da República numa “Europa possível”. A condenação dos hábitos e costumes ligados pela memória a velha sociedade imperial quer às tradições populares, deveriam dar lugar a um novo padrão de sociabilidade burguês emoldurado num cenário suntuoso (SCHAPOCHNIK, 1998: P. 439).

O olhar de Hermes foi preservado, talvez pela suntuosidade das formas clássicas integradas a “atmosfera” de elegância, talvez porque o Deus embusteiro fez jus ao seu capital simbólico de astúcia e esperteza. Quem sabe?



Figura 4 – Arquivo pessoal da historiadora Regina Castelo Branco.  
Hermes, sobrado da Rua Buenos Aires, 217 (Ano: 1915) – Informação da pesquisadora.

Em seu estudo “Cartões-Postais, Álbuns de Família e Ícones da Intimidade”, Nelson Schapochnik (1998) traduz os fluxos intercambiantes entre a macropolítica de transformações e a micro política das vidas dos homens, mulheres e crianças que compõem a multidão anônima circulando pela cidade.

A cidade que se transfigurava em imago a ser imitada pelo resto do país foi objeto de entronização, via-cartão-postal. Nos pequenos e precários retângulos de cartolina foram fixadas imagens crepusculares do velho Rio de Janeiro – o Conselho Municipal, ruas, casarios e igrejas que viraram ruínas. Também parecem registradas as velhas praças que, ao serem remodeladas, receberam outra denominação, como a Praça da República (antes campo de Santana), a Praça Tiradentes (o velho largo do Rocío) e a praça XV de Novembro (antigo largo do Paço). [...] Esteio da memória e índice do culto da saudade, esses postais sublinham um traço fetichista que atestava a irreversibilidade do processo vivido pela cidade (p. 441).

Porém, como nenhuma transformação se consolida apenas pela “vontade imperial” de alguns homens e mulheres que alimentam, ainda que seja correto o princípio, o projeto de fazer avançar a sociedade na direção de “maior” e “melhor” situação de “civilização” no espaço urbano, o descompasso e a tensão entre o campo macro político e micro político é registrado pelo intelectual em seu estudo: “*o desejo de ajustar a cidade ideal à cidade real aprofundou a clivagem entre o “povo” e a “boa sociedade”*” (SCHAPOTINIK, 1998, P. 440).

Testemunha calada Hermes a tudo vê, incluindo a não incorporação no seu cotidiano dos “novos nomes” para “velhos lugares”. O “velho” ou a tradição permanece até os nossos dias vividos. A Praça da República continua sendo “Campo de Santana”, a Praça XV convive com o Paço Imperial, em espaços próximos, sem terem o mesmo significado.



Fig. 5 – Águia e Hermes-sobrado na R. Gen. Cadwell Fig. 6- Sobrado do Largo de São Francisco

As fotos acima pertencem ao Arquivo pessoal da historiadora Regina Castelo Branco, as informações sobre a localização das imagens na Cidade do Rio de Janeiro foram solidariamente cedidas, já que fazem parte de livro sobre o imaginário da cidade em fase de publicação.

Carlos Nelson Ferreira dos Santos (1988) no livro “A Cidade como um Jogo de Cartas”, resultado de sua tese de Livre-Docência, analisando a arquitetura urbana, suas intervenções e os fluxos de poder como efeitos das mesmas, sinaliza:

Se o espaço é indispensável para o exercício de mando, é bom lembrar que é também suporte necessário e suficiente para que surjam disputas de poder. Não existe atividade humana, histórica ou mítica, que dispense referência a um lugar real ou imaginário que lhe sirva de cenário. Nas cidades, o tempo vira uma espécie de espaço, mas cada espaço fala de muitos tempos para leitores distintos “(p. 24).

As imagens míticas de Hermes são acompanhadas pelo símbolo de poder que a ele pertence: o caduceu.



Figura 7 – Arquivo pessoal da historiadora Regina Castelo Branco  
Caduceu do prédio da antiga Mesbla, atual Lojas Americanas - Cinelândia, 56.  
O caduceu é símbolo do comércio e do poder - Informação da pesquisadora.

Símbolos e mitos podem, por seu caráter difuso, alegorias menos codificadas, tornarem-se elementos poderosos de projeção de interesses, aspirações e medos coletivos. Na medida em que tenham êxito em atingir o imaginário, podem também plasmar visões de mundo e modelar condutas. (CARVALHO, 2009: p. 10/11)

A simbologia da cidade nova, a materialidade dos projetos de modernização previstos para um futuro que se antecipa pela “vontade” de homens e mulheres, fica assim legitimada como maneira de agir na sociedade. Nessa conjuntura é que podemos entender os

sanitaristas, reformadores sociais, utopistas, estão embebedos da sede de saber característica daqueles tempos. Querem “esclarecer”, “limpar” suas cidades escuras e sujas. É preciso poder ver o que acontece por trás das fachadas decadentes, dentro dos casarões promíscuos, nos pátios e arrabaldes onde se adivinha instalada a doença física e moral. Trata-se, antes de tudo, de deixar entrar ar e luz. E ordem. Quem vê tudo, controla tudo e pode tudo, conforme esclarece Bentham (1977) com sua gaiola panóptica. (SANTOS, 1988: p. 33)

Os intelectuais das décadas de 1920 e 1930 têm uma cidade para impor sua “vontade esclarecida”. E não é uma cidade qualquer. É o Distrito Federal do país.

### **1.3- DISCIPLINAR, CONTROLAR, CIVILIZAR.**

João do Rio, entre outros cronistas tecendo suas escritas sobre a capital política do país nas primeiras décadas republicanas descrevia e denunciava o abandono educacional na maioria da meninada carioca.

Denunciavam a ausência da escola ao nos descerrarem o penoso quadro de mazelas que oprimiam as classes trabalhadoras: a exploração do imigrante, as batidas policiais, as epidemias contagiosas, os pivetes assassinos, o analfabetismo. Não existia, de fato, uma rede escolar pública. Nas escolas isoladas e dispersas, que funcionavam em uma só sala e predominavam ao lado de um pequeno número de escolas reunidas e grupos escolares, os alunos eram matriculados pelo exame dos dentes. Quando a criança não podia apresentar certidão de nascimento, a troca dos dentes de leite pela dentição permanente constituía prova suficiente de idade escolar (NUNES, 1996, p. 157)

As gerações de “homens de ciência” tinham a “convicção” de que seus “toques divinos” tirariam o país do obscurantismo, do atraso, relegando as tradições “primitivas”, “rústicas” que o constituíam ao passado, as mazelas sociais seriam superadas pelo maior esclarecimento da população através da educação. Uma “modernidade”, ditada por modelos europeus e americanos com maior influência entre alguns intelectuais, precisaria sacudir o Brasil em várias frentes: arquitetônica/urbanística, saúde, educacional. Era necessário dar “ordem” a “desordem” urbana.

É preciso tocar o divino na terra<sup>7</sup>. A Ciência racional é o divino na terra, os homens de ciências são seus “sacerdotes” e para entronizar este sacerdócio no poder é produzido e naturalizado um conjunto de hierarquias, rituais, crenças. A Ciência substitui a Igreja. Nas Universidades, seus rituais e seus procedimentos científicos produzem ao seu redor uma “aura” de segredo e superioridade que o homem “comum” respeita e, muitas vezes, teme.

Ora, o que os intelectuais descobriram recentemente é que as massas não necessitam deles para saber; elas sabem perfeitamente, claramente, muito melhor que eles; e elas o dizem muito bem. Mas existe um sistema de poder que barra, proíbe, invalida esse discurso e esse saber. Poder que não se encontra somente nas instâncias superiores da censura, mas penetra muito profundamente, muito sutilmente em toda a trama da sociedade (FOUCAULT, 1972, p: 71)

Os efeitos do exercício do poder se fecham em um círculo difícil de romper. Tal círculo é formado por um núcleo (os homens e mulheres de ciências que ocupam o lugar do cardinalato) e uma franja (os aprendizes que em volta dos mesmos circulam desejando ocupar também este lugar diferenciado e divino). Não considero mera frase de efeito as palavras de Afrânio Peixoto ao referir-se aos “cardeais” da educação brasileira: Fernando Azevedo, Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Antonio Carneiro Leão.

A razão científica em suas diferentes áreas de conhecimento é, dentro da lógica do progresso, o dispositivo eficaz e necessário para criar uma outra “maneira de sentir”, uma outra maneira de ver e pensar a cidade e o mundo. Para os “senhores do saber científico” as explicações advindas da “mentalidade primitiva” haviam surgido de velhas tradições sobre o caráter sobrenatural das doenças e outros fenômenos da natureza.

Raciocínio ao qual, em boa lógica, não há nada para repreender; mas a lógica não costuma governar os sentimentos, sobretudo quando estes carregam consigo os vestígios de crenças antigas e têm suas mais longínquas raízes em religiões abolidas, maneira de pensar caducas que deixaram depois de si, como um resíduo, maneiras de sentir. (BLOCH, 2005: p. 149)

Alcançar a Cidade através da escola não deixa de ser um fascinante projeto. A dificuldade é transformar o sonho em projeto e o projeto em realidade.

Se se trata de ensinar a alguém como deve ser uma cidade e como se pode controlá-la, o público ideal são as crianças na escola (VOGEL e SANTOS, 1984 IN SANTOS). Em primeiro lugar, pela relativa ausência de preconceitos e abertura para o aprendizado. Em Segundo lugar, pelo poder de “contaminar” os mais velhos, no ambiente doméstico. Por último, porque delas dependerão, de qualquer forma, as possibilidades de prática de cidadania... (SANTOS, 1988: p. 18).

Estrategicamente, pensar a cidade e a rede escolar que por ela se espalha passa a ser fundamental para produzir e consolidar a dimensão redentora da escola. Porém, o paradoxo de democratizar/ controlar constitui-se em substrato das ações planejadas. Como poderia tal projeto consolidar-se quando os grupos populares são sentidos e pensados a partir da lógica considerada “civilizada” relegando-os ao lugar “de massa inorgânica” de onde precisam ser resgatados?

Não há resposta única para a interrogação. Vislumbro a escola como o lugar de “encontros desencontrados” (ALMEIDA, 1995), “*a escola como a expressão de experiências humanas em tensão permanente, a escola como uma rede de relações que se imbricam e se reelaboram*” (NUNES, 1996: p. 160). As ações educacionais empreendidas no entorno dos anos de 1930 deixaram um legado na relação escola, família, comunidade. Deixaram, ainda que com novas roupagens, as propostas oriundas do Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental e, também, a binômica capacitação/participação presente nas ações de construção do sistema escolar público dentro do objetivo maior de construir, finalmente, a moderna “nação” brasileira<sup>8</sup>.

Naquele espaço-tempo os educadores afirmavam que se para o ensino das elites não havia necessidade de canais de difusão da ação educativa, havendo “harmonia” entre a ação e a população a que se destinava, o mesmo não se podia dizer da educação das “massas”. Neste caso, a escola precisava ter seu alcance disciplinador<sup>9</sup> e formador

de mentalidades ampliado de modo a atingir os grupos populares através da escolarização de seus filhos<sup>10</sup>.

Unidos por uma “vontade de mudar o país”, “construí-lo como um país moderno”, lançaram projetos, construíram escolas, lutaram por melhor formação de professores, propondo uma também nova relação da escola com a população. Como não admirar esta geração? Como não nos deixarmos cegar por esta admiração?

Ações voluntaristas podem ter produzido aparente unidade do Movimento Escolanovista em meio às diferenças teóricas de seus participantes. Tenho, todavia, discordância com a chamada “unidade do movimento”, já que pensar em “unidade” do movimento escolanovista é colocá-lo dentro de uma “camisa de força”.

Os discursos relacionados ao Serviço de Higiene Mental, através de Arthur Ramos, que destaco, consideram a relação da escola-família-comunidade como meio de produzir novos valores sociais na população, disciplinar e prevenir desajustes das crianças. Como princípio ordenador essas propostas e ações sustentam que educando as crianças, educariam suas famílias, e num “*continuum*” educar-se-ia o povo. Logo, a participação popular como princípio político-pedagógico é, de fato, uma nova/ velha discussão. Um campo ainda a ser mais bem analisado a partir dos entrelaces teóricos e dos embates ainda presentes na sociedade brasileira por educação escolarizada.

Os intelectuais, nos anos 1930, viam na relação escola-comunidade uma ação importante no sentido de fazer com que esta (a escola) se aproximasse e se comprometesse com a educação de “todas” as crianças, alavancando o país para a modernidade, entendendo que sem educação para todos não haveria modernidade.

Se a abertura da escola para mais intensa relação com a cidade, com o mundo urbano, trouxe à cena embates e conflitos, produzindo maneiras de olhar a escola, seus agentes, seu entorno, a cidade, gerando novos saberes e novas relações de poder; reafirmo a hipótese de que na conjuntura política posterior à década de 1930, particularmente as décadas de 1980/1990, que pesquisei, não ocorreu ruptura com a produção de subjetividades a respeito das camadas mais empobrecidas da população, considerando-as como incompetentes de participar de maneira ativa dos caminhos educacionais de seus filhos.

Porém, no desenrolar dos acontecimentos que separam essas décadas é necessária nossa atenção para perceber as nuances e inflexões dessa subjetividade produzida, reconhecendo no novo a força da memória histórica representada pelos educadores de

30. *Tentar recriar a vida dessas pessoas do passado, ignorando todos esses signos concretos é o mesmo que não conhecê-las*". (LE GOFF, 1997: p.20).

A simbologia da cidade nova, a materialidade dos projetos de modernização previstos para um futuro que se antecipa fica legitimada como maneira de agir na sociedade. A cidade, porém desafia a "razão científica", já que "*concentra também os prazeres, os da festa, os dos diálogos da rua, nas tabernas, nas escolas, nas igrejas e mesmo nos cemitérios* (SANTOS, 1988: p. 25).

Como disciplinar uma população tão diversa? Como garantir manter a multidão sobre controle. Afinal a "uma multidão não pensa. Não sabe o que faz"<sup>11</sup>. *O conhecimento científico elevava os homens de ciências muito acima da multidão.* (BLOCH, 2005: p.87)

Clarice Nunes (1992) descreve a simbólica divisão espacial contida em alguns bairros da Cidade:

Bangu, assim como São Cristóvão, eram definidos pela presença dos operários e Botafogo pelas suas famílias tradicionais. Realengo agrupava funcionários públicos e militares e a Tijuca concentrava os profissionais liberais (médicos, professores e dentistas), pequenos e grandes industriais comerciantes. No Catumbi, os ciganos e os imigrantes espanhóis e portugueses davam a cor do local. Essa diferenciação, produto e expressão de um processo discriminatório de circulação e uso do espaço poderia ser notada de muitas formas: em certos hábitos de lazer (o banhista pobre freqüentava a praia do caju e o rico as areias de Copacabana), no tipo de habitação (os cortiços, as pensões, as casas de cômodo, as grandes casas de centro de terreno), no transporte (o taioba era o bonde de segunda classe), nas roupas e até nas escola freqüentadas (p. 162)

Tal representação genérica não dá conta dos diversos fluxos de relações e outras representações contidas nesta representação homogênea de cada bairro.

Destacando o bairro de Realengo, localizado geo-administrativamente dentro do espaço da Cidade denominado Zona-Oeste do Rio de Janeiro, distante 40 minutos do Centro da cidade, cortado pela linha férrea da Central do Brasil que funciona como orientação espacial. Em Realengo se está à direita ou à esquerda da linha do trem numa direção centro/periferia da Cidade. A Avenida Brasil, mesmo atravessando a região não produz o mesmo efeito. Costuma-se dizer: "lá para os lados da Avenida Brasil", já que esta, como a linha férrea, não "divide" o bairro.



Situar Realengo como um bairro de periferia de uma grande metrópole é tecer observações sobre processos de transformações do espaço urbano e de como estas, longe de ser somente conseqüências de certa "evolução" populacional, estão diretamente relacionada com os interesses econômicos e políticos de grupos que hegemonicamente exercem o poder.

O espaço da cidade também é socialmente produzido, guardando os espaços de periferia uma relação com o núcleo da cidade - sede do poder - uma relação, para além de simplesmente ser uma mecânica oposição entre ricos e pobres, que sofre modificações de aparência e conteúdo como resultante dos interesses que estejam colocados nos diferentes momentos de sua história local. Não basta falar **do** bairro, mas buscar compreender o que é estar **no** bairro. Informações contidas nas entrevistas de alguns moradores, minha vida pessoal e profissional, forneceram fragmentos que (re)construíram essa história e possibilitaram pistas de compreensão nessa tarefa.

O que sabemos, hoje, sobre a formação social de Realengo?

Realengo tem uma história muito peculiar, fazendo parte do imaginário social dos moradores. Como efeito produziu uma "atmosfera" de importância local. *Aqui se chamava Real Engenho. Engenho porque tinha muitas fazendas de cana de açúcar e gado, Real porque era um caminho utilizado pela Corte nas idas para São Paulo.*

Ruas com nomes de Imperador, da Imperatriz, do Barão da Piraquara, fazem parte de sua espacialidade. Área de fazendas, engenhos, com criação de gado, localidade "rural" da Cidade do Rio de Janeiro, utilização de trabalho escravo. A aparência e o conteúdo começam a mudar na medida em que muda a cidade como um todo.<sup>12</sup>

Com a virada do século e com a instalação da República começa a construção da Estrada de Ferro Central do Brasil. A extensão da linha férrea até Realengo produziu o efeito de uma separação social: o lado onde era o caminho da corte com as casas da classe média local e o "outro lado". Na década de 1940 é construído o que se chama, ainda hoje, de "coletivos". Casas e pequenos prédios do IAPI (Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Industriários), IAPC (Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Comerciantes), IAPTEC, comprados por industriários, comerciantes, ferroviários e outros operários, através desses Institutos, dentro da política de Vargas.

"Coletivo", dessa forma, era o nome pelo qual era conhecido o conjunto de casas e apartamentos onde moravam operários que haviam realizado o sonho de comprar a casa

própria e onde se organizaram militantes do Partido Comunista. Moradia distante do trabalho, do centro da cidade, mas... própria.

Outro dado que traz significados importantes se refere aos efeitos produzidos no bairro com a concentração de instituições ligadas à Administração Pública e Defesa Nacional.

A atividade fabril, no bairro, circulou em torno de material bélico com a "Fábrica de Cartucho", dirigida por militares, com trabalhadores civis, desativada por muitos anos, sendo hoje sede do Colégio Pedro II – seção de Realengo. Um novo uso social se consolidou e, busca apagar a memória de tempos mais remotos onde circulavam trabalhadores envolvidos com a indústria bélica necessária ao país.

Poderemos achar, no mínimo, paradoxal a produção desse espaço geográfico que coloca lado a lado forças do Exército e forças do Partido Comunista, além da presença marcante da força da Igreja. Entendemos representados nesse espaço poderes que, tradicionalmente, procuram tratar o sujeito num registro de controle, vigilância ou de unificação: o poder do exército, o poder do partido, o poder da Igreja.

Num sentido simbólico inverso àquele das cidades americanas e européias, as áreas periféricas das grandes cidades brasileiras foram, tinham e têm como significado ineficiência de serviços básicos: moradia, saneamento, transporte, educação e saúde.

Realidade, sem nenhuma “naturalidade”, que aproxima a noção de subúrbio à de “pobreza”, pois no senso-comum subúrbio é o lugar este mora o “pobre”. Dependendo de onde esteja localizado pode receber o adjetivo de perigoso. Subúrbio seria o local onde morariam os “pobres perigosos”.

A utilização da denominação "bairro" se prende puramente a uma linguagem que se popularizou na indicação de localidades dentro de uma cidade. "Bairro" significa demarcação formal de territórios correspondendo a uma abstração, que não só não expressa a diversidade de relações que se intercambiam no espaço urbano, como mantém a ilusão de fronteiras, contribuindo, muitas vezes, para dificultar, camuflar, ou não reconhecer a produção de relações de solidariedade entre os moradores.

A estrutura de uma cidade também é marcada pelos centros e pelas edificações ou agrupamentos de edificações notáveis. Toda cidade tem um centro, área mais dinâmica, onde estão o comércio e os lugares de trabalho mais significativos, se concentra o maior movimento e acontecem as coisas mais importantes. Não é muito fácil demarcar as áreas centrais, formalizar seus limites em mapa, apontar em que lugar

começam e acabam. A noção de centralidade, mais do que no espaço concreto, está na cabeça das pessoas. Determinados lugares são vistos como, representados como sendo mais centrais que outros. Onde a maioria das representações coincide, aí é o centro. Por extensão, a idéia é exportável para outros locais. À medida que as cidades crescem, vão se formando subcentros, centros secundários, centro do bairro. O centro é o lugar em que está a animação e a agitação, onde ocorrem mudanças. Desde que surgiram as primeiras cidades do mundo, está associado às noções de cruzamento de ruas, praça e mercado. Para o centro todos se dirigem para trocar não apenas mercadorias, mas também concepções e maneiras de ser e viver. (SANTOS, 1988: p. 52)

Na cidade “rebelde” e “diversificada”, onde o “perigo da desordem” parece eminente, para os educadores escolanovistas a família torna-se um grupo social fundamental. Há um modelo de família desejado e a expectativa que tal modelo ganhe o corpo social, visto dividido em dois campos distintos: ambientes que levam a desajustamentos e ambientes promotores do equilíbrio e bem-estar, classificando os sujeitos com base nesses campos.

Uma consideração não entra na lógica de então: a população “rebelde” que habita os diversos espaços da Cidade se mostra e se esconde. Afinal, “roubando” as perguntas de João do Rio, as reescrevo: *Qual de vós já sentiu o mistério, o sonho, os vícios, as idéias de cada bairro?*

---

<sup>1</sup> Aproprio-me, para título, das palavras de Luiz Carlos Junqueira Maciel, no Prefácio do Livro de João do Rio – A Alma Encantadora das Ruas, com o título: A Terceira Margem da Rua.

<sup>2</sup> O romance espanhol de 1554, chamada “La vida de Larazillo de Tormes: y defus fortunes y aduer finades” faz parte desse gênero de romances pícaros.

<sup>3</sup> A Rua da Vala é hoje a Rua Uruguiana, situada no Centro da Cidade do Rio de Janeiro.

<sup>4</sup> O caduceu é o símbolo de Hermes, estando presente em monumentos, prédios, figuras, representações de profissão. Simboliza o poder e estava presente fortemente no processo de subjetivação coletiva produzida na sustentação da Alemanha nazista.

<sup>5</sup> A gestão de Pereira Passos é analisada através de várias lentes e campos de conhecimento. “Ressaltamos “Pereira Passos: um Haussmann Tropical” de Jaime Larry Benchimol; “A Era das Demolições” de Oswaldo Porto Rocha;” A Evolução Urbana do Rio de Janeiro” de Mauricio de Abreu.

<sup>6</sup> “Mauricio de Abreu em “Evolução da Cidade do Rio de Janeiro”, Sidney Chaloub em” A Cidade Febril” trabalham as mudanças urbanísticas, no centro do Rio de Janeiro, as medidas de saneamento e controle das moradias consideradas insalubres, principalmente os cortiços, com destaque para o “Cabeça de Porco”.

<sup>7</sup> Homenagem ao filme Elizabeth estrelado por Cate Blanchett.

<sup>8</sup> Daniel Pécault, Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação. São Paulo: Ática, 1990.

<sup>9</sup> Michel Foucault discute a sociedade disciplinar e os mecanismos disciplinadores em diversas obras, tais como: A Verdade e as Formas Jurídicas. RJ, Cadernos PUC, 1973; Dois ensaios sobre o Sujeito e o Poder – Departamento de Antropologia, ICFH, UFF, 1990, para uso interno. Extraído do livro de Hubert Dreyfus e Paul Rabinow – Michel Foucault: Parcours Philosophique. Ed. Gallimard, Paris, 1984. Tradução de Lilia Valle e revisão de Silvia Aguiar; As Palavras e as Coisas. SP, Martins Fontes por acordo com Portugália Editora Ltda, 1967; Microfísica do Poder. RJ, Graal, 1990.

<sup>10</sup> Marília Sposito discute e busca redefinir a participação popular em seu texto “Redefinindo a participação popular na escola”, in Cadernos do CEDI, número 19.

<sup>11</sup> Homenagem ao filme Cinema Paradiso de Giuseppe Tornatore, citando Spencer Tracy em “Fúria”.

<sup>12</sup> Os livros de viajantes são fontes inesgotáveis de informações. Utilizamos os relatos sobre esses espaços no livro de Maria Graham: “Diário de uma viagem ao Brasil”, Ed. Itatiaia, São Paulo, USP, 1990.